

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: 'Tô' dentro	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Partilhar e conceder.....	2
Título: Vale abre nova fase com gestão austera	3
Título: Acionistas ainda lutam para blindar Vale contra influências políticas	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Transição planejada	6

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / Colinas

Autor: Ancelmo Gois**Título: 'Tô' dentro**

Nesta última reunião, que terminou quinta, da Offshore Technology Conference, onde se reúne, uma vez por ano, em Houston, nos EUA, a indústria mundial de petróleo, as gigantes Exxon e Chevron mandaram um recado para o Brasil. Vão, sim, participar dos projetos previstos nas próximas dez rodadas da ANP, até 2019, que exigem investimentos de uns 80 bilhões de dólares.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Opinião****Autor:****Título: Partilhar e conceder**

Nascida sob inspiração de um nacionalismo ultrapassado, a política brasileira para a exploração do petróleo do pré-sal, felizmente, torna-se mais pragmática.

Pela primeira vez em 11 anos, o governo decidiu adotar o regime de concessão à iniciativa privada, que desobriga a participação estatal nos contratos. Tal regra valerá para parte das áreas a serem leiloadas no segundo semestre.

O modelo concebido pela administração petista privilegiava o regime de partilha, no qual o governo converte-se em proprietário direto de parte do óleo extraído. Segundo seus ideólogos, o mecanismo preserva a soberania nacional.

Tal alegação não resiste, já de início, a um exame mais detido; posta em prática de maneira dogmática, contribuiu para a ruína financeira da Petrobras e o atraso da produção brasileira.

Na concessão, o poder público recebe royalties e impostos decorrentes da exploração privada. Pode definir as normas das concorrências e as obrigações a serem cumpridas pelas concessionárias. Não há motivo para imaginar perdas apenas porque deixará de ser dono de barris de petróleo.

Assim se dão, aliás, os contratos referentes ao petróleo que não está na camada do pré-sal.

Imposições associadas ao regime de partilha mostraram-se contraproducentes ou pouco eficazes. Entre elas estão a elevada exigência de conteúdo nacional — ou seja, de utilização de serviços e equipamentos produzidos no país — e a exclusividade da Petrobras como operadora dos campos.

A primeira elevou custos e afastou interessados no negócio. Prova disso é que, em uma década, leiloou-se apenas um campo associado ao pré-sal –o de Libra, arrematado em 2013, sem competição e ao preço mínimo de R\$ 15 bilhões, por um consórcio liderado pela petroleira estatal.

A segunda obrigou a empresa a realizar investimentos acima de sua capacidade, o que resultou em escalada do endividamento.

Tais normas estão sendo revistas, o que é uma boa notícia. Mais contestada pelo setor empresarial, a redução do conteúdo doméstico exigido não representa o abandono dos estímulos à indústria brasileira. Eles devem concentrar-se, porém, nos segmentos em que a produção do país atende a requisitos de eficiência e competitividade.

Superstições ideológicas à parte, não há nada que distinga o petróleo do pré-sal do encontrado em outras áreas. Ao país interessa explorar as reservas, onde estiverem, com risco mínimo e máximo retorno possível para o contribuinte.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Renata Agostini

Título: Vale abre nova fase com gestão austera

Em três semanas, o engenheiro Fabio Schvarstman entrará no número 700 da avenida das Américas, no Rio de Janeiro, com a missão de conduzir a mineradora Vale numa nova etapa, 20 anos após a privatização da companhia.

Ele terá que encontrar formas de cortar ainda mais os custos e garantir a redução da dívida, adotando uma gestão austera para se adaptar a tempos de minérios mais baratos e incertezas sobre o crescimento da China, principal mercado da mineradora.

Durante quase uma década, a Vale surfou a expansão da economia mundial, que fez o preço das commodities dispararem. Quanto mais o minério subia, mais a receita e o valor de suas ações cresciam.

Foi nesse período de euforia que seu presidente mais longo, Roger Agnelli, levou a Vale para novos negócios e aquisições no exterior, como a compra da mineradora canadense Inco, em 2006, e da fabricante de fertilizantes Fosfertil no Brasil, em 2010.

Quando deixou a empresa no início de 2011, após dez anos, a Vale chegara a outro patamar. A mineradora privatizada em 1997 já era um colosso, com US\$ 4,5 bilhões em receitas e 11 mil funcionários por cinco países. Ao fim da era Agnelli, faturava US\$ 50 bilhões e tinha 71 mil empregados em 24 nações.

O problema é que era também uma companhia agigantada para um mercado que daria em breve sinais de retração. O sucessor, Murilo Ferreira, tratou de enxugá-la: represou investimentos, cortou 80% dos custos e vendeu mais de US\$ 10 bilhões em minas, navios, e outros ativos.

Agora, chegou a vez de Schvartsman. "Murilo foi a pessoa certa no momento certo. Fez o trabalho necessário", diz Ivano Westin, analista de mineração do Credit Suisse. "Em aberto está o que Fabio fará: se pagará mais dividendos ou colocará a Vale de volta à rota de crescimento."

Se depender dos acionistas, será a primeira opção. No bloco de controle da companhia, onde Bradesco, o fundo de pensão Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, e a japonesa Mitsui dão as cartas, a palavra que mais se repete hoje é "continuidade".

Um executivo ligado a um dos controladores diz que não há necessidade de reestruturação ou de "inventar moda". A ordem é priorizar resultados. A ideia é que a Vale esteja preparada para operar bem seja qual for o preço do minério no mercado. Se ele subir e os ganhos aumentarem, é lucro —de preferência, para o bolso dos sócios.

A empresa fechou 2016 com lucro de US\$ 4 bilhões, superando perdas de 2015. O faturamento subiu 20% e a geração de caixa melhorou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Renata Agostini / Nicola Pamplona

Título: Acionistas ainda lutam para blindar Vale contra influências políticas

O relógio marcava 17h42 quando o leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi reiniciado na Bolsa do Rio.

Desde as 12h, um vaivém de ordens judiciais impedia que os grupos interessados fizessem lances. A longa espera foi sucedida de batalha curta: às 17h47 de 6 de maio de 1997, a mineradora deixava de ser estatal.

Duas décadas depois, contudo, os acionistas da Vale ainda lutam para blindá-la da ingerência dos políticos e do governo de ocasião.

Essa dificuldade voltou à tona no ano passado, conforme aproximava-se o fim do mandato de Murilo Ferreira, executivo que desde 2011 comanda a mineradora e deixará o posto no fim desse mês.

Aliados do presidente Michel Temer, especialmente da bancada mineira do PMDB na Câmara e do PSDB, apressaram-se a rodear o Planalto para emplacar um nome, relatam executivos ligados à companhia e auxiliares presidenciais.

As tentativas haviam começado logo que o peemedebista chegou ao poder, em maio de 2016. Tinham impulso do então ministro do Planejamento, Romero Jucá.

Influente aliado de Temer, era um dos que incentivava a troca, relatam interlocutores dos sócios e peemedebistas.

Queria participar da decisão e, por tabela, ajudar seu irmão - dono de uma empresa chamada Diagonal, que presta serviço de consultoria e desejava ter o contrato renovado com a mineradora.

O movimento inicial foi contido por acionistas, Bradesco à frente, com apoio do Planalto. O discurso era que Ferreira teria de ficar até o fim de seu mandato ou o mercado reagiria muito mal.

Os investidores da Vale estão sempre atentos e ressabiados com os movimentos políticos.

A preocupação justifica-se pelos braços do Estado no controle da mineradora – com os fundos de pensão Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa) e com o BNDES– e pelo histórico de tentativas do governo de ditar os rumos da Vale.

VALE: 20 ANOS

Privatizada em 1997, empresa ainda sofre com influência política

Há 20 anos, FHC incentivou consórcios da Vale após vencer hesitação

Acionistas lutam para blindar empresa contra influências políticas

Vale abre nova fase com gestão austera

Durante o governo Lula, a pressão de Brasília alcançou seu auge. Enfurecido com a decisão da Vale de demitir funcionários após a crise de 2008, o petista passou a criticar ferozmente o então presidente, Roger Agnelli.

O Bradesco, que o colocara no posto, segurou Agnelli o quanto pôde. Com a chegada de Dilma Rousseff ao poder, teve de ceder.

Na avaliação de um acionista, a Vale, sendo uma concessionária, já seria alvo natural de pressões políticas. O problema, portanto, não está na chegada de pedidos do governo, mas na forma como a companhia reage a eles.

Uma forma de responder foi a contratação de uma empresa de recrutamento de executivos para conduzir a definição do novo presidente, um processo que resultou na escolha de Fabio Schvartsman, da Klabin, para suceder Murilo Ferreira.

Com o novo acordo de acionistas, anunciado neste ano, os sócios esperam que a mineradora tenha força para se manter distante dos humores de Brasília de forma mais permanente.

Ele prevê que, em três anos, a Vale deixe de ser uma empresa com controle definido. A mineradora passará a ter apenas uma classe de ação – e não mais uma com e outra sem direito a voto.

Assim, o controle será pulverizado em Bolsa. Os fundos de pensão de estatais, BNDES, Bradesco e Mitsui não mais concentrarão todas as decisões estratégicas.

Logo após o anúncio, as ações subiram, sinal de que os investidores gostaram do que ouviram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: Transição planejada

O Brasil passa neste momento por mais uma janela de oportunidade para a venda de ativos no setor de petróleo e gás. A primeira surgiu em 1997, com a sanção da Lei 9.478 pelo então presidente Fernando Henrique. Conhecida como a lei da abertura do mercado de petróleo, ela determinou o fim do monopólio da Petrobrás, possibilitando a entrada de capitais privados em todos os segmentos da indústria do petróleo – com exceção da distribuição e da revenda de combustíveis, que sempre contaram com a participação de empresas privadas. Com aquela lei tiveram início os leilões de blocos de petróleo e gás natural, que acabaram atraindo as principais empresas petrolíferas do mundo. A Petrobrás foi a principal beneficiada por essa abertura do mercado. Isso porque, pelo modelo de concessões, ela pôde estabelecer parcerias no segmento de exploração e produção (E&P) que levaram a empresa a ser a terceira maior petroleira em termos de valor de mercado. Não resta dúvida de que a Lei 9.478/97 proporcionou uma grande revolução no segmento de E&P, possibilitando grandes descobertas de óleo, como o pré-sal, e aumentando de forma

extraordinária a arrecadação de royalties para os Estados e municípios produtores de petróleo.

Infelizmente, esta janela da E&P se fechou a partir de 2009 – pasmem, mesmo com o anúncio do pré-sal e com o barril de petróleo a mais de US\$ 100. O pior é que isso ocorreu por motivos estritamente de ordem ideológica e política, um dos maiores crimes contra as gerações futuras de brasileiros. Quanto ao downstream, que reúne os ativos de refinarias, terminais e dutos, a Lei 9.478/97 não gerou mudanças profundas como no segmento de E&P, não ocorrendo nenhuma venda significativa de ativos. O espírito da lei, ao estabelecer um período de transição de três anos, era criar as bases para uma futura venda de ativos como refinarias e terminais, o que não ocorreu. Chama a atenção o cuidado do legislador em criar uma transição reconhecendo que a venda de ativos de downstream pode causar o surgimento de monopólios privados, que impedirão o crescimento da concorrência, tendo como principal consequência pôr em risco a segurança de abastecimento.

Na época, a ideia era preparar a Petrobrás para que a empresa pudesse enfrentar a concorrência no downstream tanto como produtora quanto como importadora de derivados. Nesse sentido, foi regulamentado o artigo 69 da Lei 9.478/97, por meio da criação de uma fórmula paramétrica em que os preços dos derivados eram reajustados todo início do mês em razão do câmbio e do mercado internacional. Em 2001, a criação da Cide possibilitou a abertura para as importações. Agora, em razão da crítica situação econômico-financeira da Petrobrás, causada pela gestão criminoso do PT, surge uma nova janela de oportunidade para a venda de ativos. Desta vez incluindo o downstream. O que lamentamos é que a motivação principal para a venda desses ativos não seja a crença em que deveríamos diminuir o tamanho da Petrobrás ou mesmo privatizar a empresa, e sim resolver o caixa da estatal. A Petrobrás tem de enfrentar uma das maiores dívidas corporativas do mundo, algo em torno de US\$ 100 bilhões.

Estamos, portanto, diante de um trade-off entre a urgência do caixa da Petrobrás e a necessidade de um período de transição para que fosse construída a regulação adequada ao cenário da privatização e do afastamento da Petrobrás de responsabilidades como a garantia de suprimento. Concordo e aplaudo a direção da Petrobrás por estabelecer uma política de preços baseada no comportamento do mercado internacional e pelo plano de desinvestimentos. A questão que preocupa é que vender determinados ativos de downstream ou mesmo deixar de exercer algumas responsabilidades como a garantia de suprimento, sem que se faça uma transição planejada, poderá trazer problemas graves para o consumidor brasileiro, como a insegurança no abastecimento de combustíveis ou, pior, preços de monopólio privado.

DIRETOR DO CENTRO BRASILEIRO DE INFRAESTRUTURA (CBIE)

MME / ASCOM .